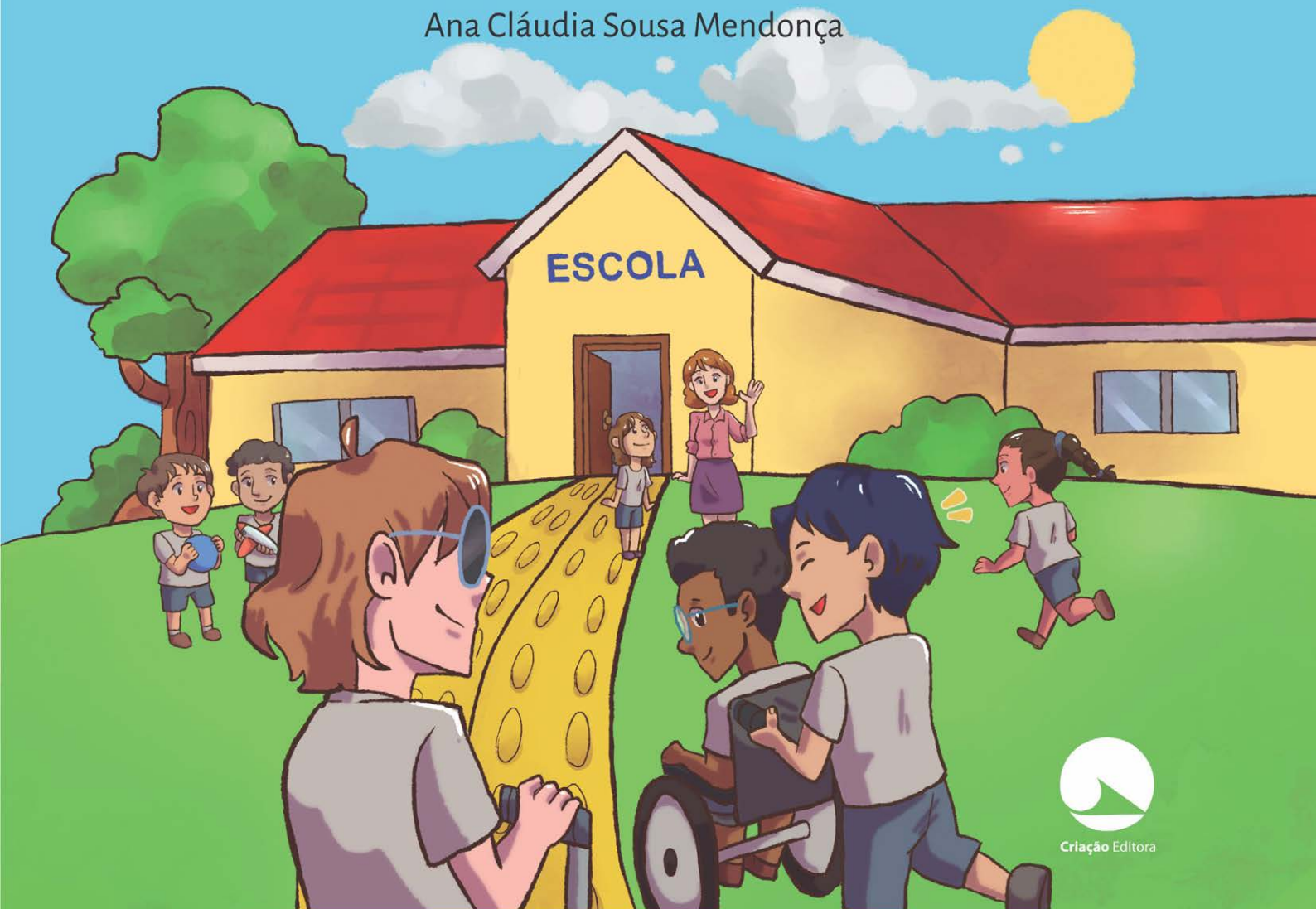


Educação Especial Inclusiva: o que é e como promover?

Mônica Andrade Modesto
Isabela Rosália Lima de Araújo
Ana Cláudia Sousa Mendonça



Educação Especial Inclusiva:

o que é e como promover?

Mônica Andrade Modesto

Isabela Rosália Lima de Araújo

Ana Cláudia Sousa Mendonça



Criação Editora

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL
Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Pedro Anízio Gomes - CRB-8 8846

M672r MODESTO, Mônica Andrade; ARAÚJO, Isabela Rosália
Lima de; MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa
Educação Especial Inclusiva: o que é e como promover?/
Mônica Andrade Modesto; Isabela Rosália Lima de
Araújo; Ana Cláudia Sousa Mendonça. -- 1. ed. -- Aracaju,
SE: Criação Editora, 2022.

20 p.
ISBN 978-85-8413-297-3

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão-Sergipe.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 577
CDU 574.2

FOMENTO À PESQUISA
Secretaria de Estado da Educação, Esporte
e Cultura de Sergipe (SEDUC/SE)

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação
Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE)

APOIO
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

REVISÃO TEXTUAL
Éverton de Jesus Santos

ILUSTRAÇÃO
Camilla Alves Matias

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no projeto DIAGNÓSTICO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SERGIPE, com recursos no Edital FAPITEC/SE/SEDUC Nº02/2020.

SUMÁRIO

Apresentação	05
Por uma Educação Especial Inclusiva.....	07
Colocando a Educação Especial Inclusiva em prática.....	12
Mensagem final	18
Sobre as autoras	20



APRESENTAÇÃO

Caro(a) professor(a) e profissional da educação,

Há muitos anos, a luta pela inclusão nos espaços educacionais vem acontecendo na sociedade brasileira, e não foram poucas as barreiras que precisaram ser enfrentadas para que a segregação fosse superada e os(as) alunos(as) com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas pudessem adentrar os ambientes educacionais, sendo incluídos(as) nas salas de aula regulares e em todos os espaços que compreendem as instituições de ensino.

A esse movimento convencionou-se chamar Educação Inclusiva, compreendida como um processo formativo destinado a todos os sujeitos, independentemente de possuir deficiência ou não, cor, etnia, religião, orientação sexual, enfim, independentemente de quaisquer características que se tenha.

Contudo, no caso dos(as) alunos(as) com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, sabemos que a inclusão nas salas de aula regulares não é suficiente para que todo o potencial de aprendizagem desses sujeitos seja alcançado, pois esse público precisa de um atendimento diferenciado às necessidades apresentadas durante o processo de ensino e aprendizagem.

Esse atendimento, por sua vez, além de ser oferecido sob a forma de atenção às especificidades na sala regular, é ofertado de modo sistematizado no âmbito da Educação Especial, uma modalidade educacional a ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino e que prevê a garantia de recursos e serviços educacionais especiais e especializados que atendam às necessidades e ao estilo de aprendizagem de alunos(as) em situação de deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, propiciando condições para as singularidades subjetivas, apoiando, suplementando o ensino regular e, em casos individualizados, específicos, podendo substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal de discentes que apresentem necessidades educacionais

muito diferentes das da maioria das crianças, dos(as) jovens e dos(as) adultos(as) em processo de escolarização.

No entanto, não podemos imaginar que, pelo fato de a Educação Especial ser uma modalidade educacional, ela deve acontecer de modo isolado nos momentos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Afinal, a Educação Especial é um complemento ao processo de ensino e aprendizagem regular e não um substitutivo.

Desse modo, gostaríamos de convidá-los(as) a conhecer um pouco mais sobre a proposição de uma Educação Especial Inclusiva por meio da leitura deste material pensado para apresentar possibilidades para que possamos continuar ultrapassando os obstáculos que, há séculos, permeiam a inclusão nas escolas e na sociedade em geral.

Aceitam o convite de embarcar conosco nesse sonho por uma educação verdadeiramente inclusiva?

Boa leitura!



POR UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A escola deve ser um espaço inclusivo por essência. Para tanto, a inclusão não deve ser responsabilidade única dos(as) professores(as), pois, desde o momento em que os(as) alunos(as) entram no transporte escolar até a sua chegada à instituição de ensino e, por conseguinte, aos espaços que compõem as unidades escolares, todas as pessoas que rodeiam os(as) alunos(as) com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas precisam observar as especificidades necessárias para que a inclusão ocorra de modo efetivo e verdadeiro.

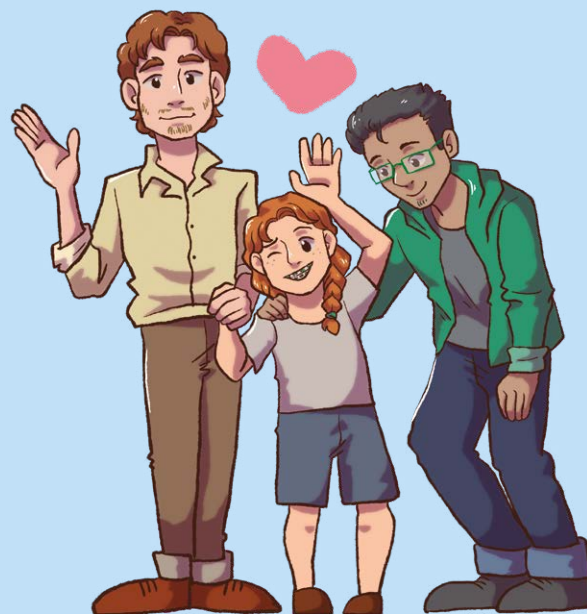
Assim, a acessibilidade não deve estar presente somente nos prédios escolares, transportes, mobiliários, comunicações e informação, uma vez que é de extrema importância que atentemos para o âmbito atitudinal. Nessa perspectiva, além de uma obrigação, a inclusão é também um ato de acolhimento e amor ao outro que, antes de ocupar a condição de aluno(a), é nosso(a) semelhante, por isso deve ser recebido(a) e atendido(a) com empatia.



E, como nos disse Paulo Freire, compreender a educação e o ensino como um ato de amor é também um ato de coragem porque é preciso nos imbuirmos do sentimento da coragem e da força que ela nos dá para enfrentarmos os empecilhos presentes no sistema educacional brasileiro, que, historicamente, é marcado por exclusão e segregação, e no modelo educacional conservador, centralizado na figura do(a) docente e na estrutura de uma escola tradicional que tem como foco “depositar conteúdos nas cabeças dos(as) alunos(as)”. Com isso, educar é ainda um ato de ousadia e subversão dos ideais excludentes arraigados na sociedade brasileira e que, tacitamente, estão alinhavados na estrutura e nos documentos que regulamentam a educação de nosso país.



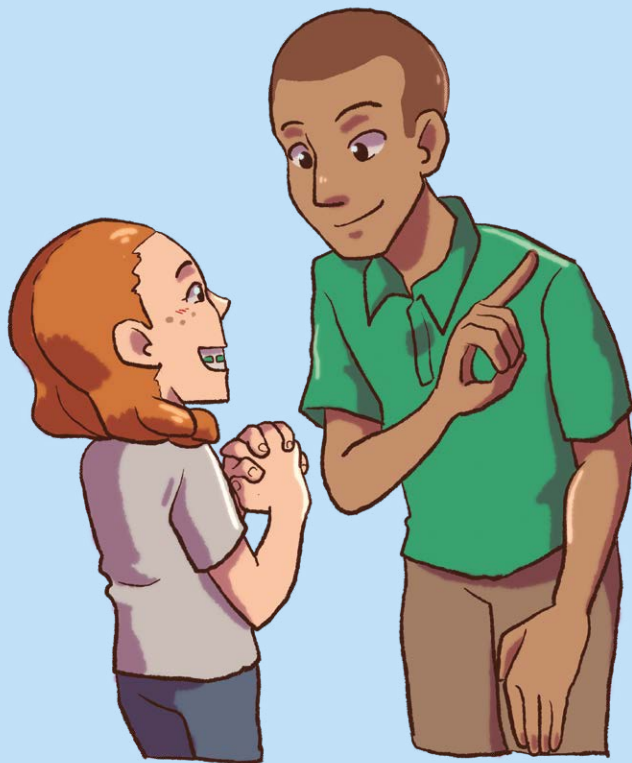
Desse modo, a luta pela Educação Especial Inclusiva é a luta não somente pelo cumprimento dos direitos assegurados legalmente aos(as) alunos(as) com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, como acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior; oferta do Atendimento Educacional Especializado a partir de professores(as) e profissionais da educação com formação adequada para o AEE; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e na informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas, conforme preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida em 2008. A luta é também pela humanização dos ambientes escolares e dos processos de ensino e aprendizagem.



Nesse sentido, precisamos (re)aprender a pensar a Educação Especial, historicamente compreendida de modo dissociado da Educação Inclusiva, e entendê-las inseparavelmente. Isso implica a desmistificação de que o trabalho pedagógico desenvolvido pelos(as) docentes das salas de aula regulares não tem articulação com o que é desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais e durante o AEE, além da desmistificação de que é obrigatória a apresentação de diagnósticos médicos para que o atendimento especializado às necessidades educacionais específicas possa acontecer, pois precisamos desconstruir a ideia da medicalização dos(as) alunos(as) e buscar o desenvolvimento de ações articuladas em rede tanto com os(as) profissionais da educação que acompanham o público-alvo da Educação Especial quanto com os(as) profissionais terapêuticos(as) que auxiliam o desenvolvimento dos(as) discentes.

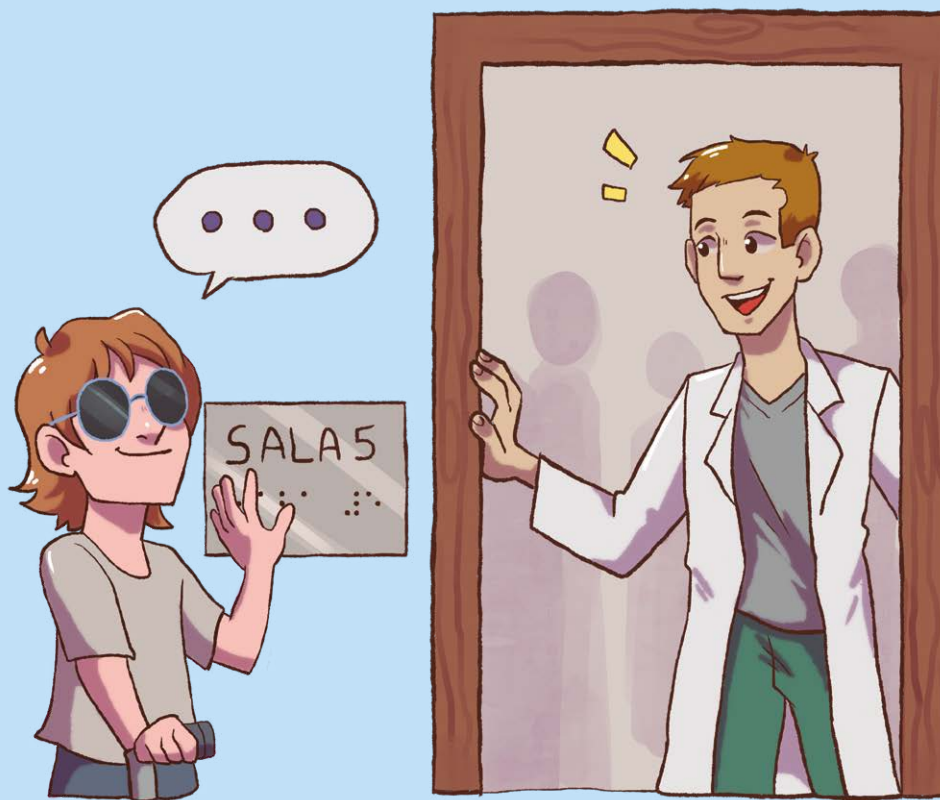
Implica também ações pedagógicas desenvolvidas pelas instituições escolares que devem prever no Projeto Político Pedagógico proposições de convivência e socialização entre todos(as) os(as) alunos(as), independentemente das condições ou especificidades que cada sujeito possa apresentar; o modo como os(as) discentes que apresentam comportamentos e/ou necessidades diferenciadas do que se estabeleceu como “comportamento padrão” são concebidos(as), visto que, em hipótese alguma, devem

ser subestimados(as) cognitivamente, haja vista o fato de que todos(as) têm capacidade e potencial de aprendizagem que devem ser reconhecidos e desenvolvidos e, por fim, implica o modo como o processo de ensino e aprendizagem é concebido frente às demandas emergentes do mundo contemporâneo, cada vez mais dinâmico e tecnológico, requerendo novas formas de ensinar e aprender, e, nesse contexto, ninguém pode, nem deve, ser deixado para trás.



Sendo assim, promover uma Educação Especial Inclusiva consiste em oportunizar condições de ensino e aprendizagem com vistas à equidade, ultrapassando a integração dos(as) alunos(as) com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas nos ambientes escolares; estimular em todos os espaços das instituições escolares a criatividade, independência e autonomia dos(as) discentes com ou sem especificidades a serem atendidas a fim de tornar a escola um lugar verdadeiramente inclusivo e capaz de incluir a todos(as) por meio do acolhimento da diversidade e do reconhecimento das diferenças e,

consequentemente, transformar cada cantinho da escola em um lugar também de resiliência para enfrentamento dos problemas, obstáculos e adversidades naturais da sociedade e da convivência humana e de ecoformação para nos reconhecermos como seres incluídos não apenas nos ambientes escolares e espaços que nos abrigam, mas, sobremaneira, no ambiente sistêmico e planetário que nos torna semelhantes quanto à essência da vida humana.



COLOCANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM PRÁTICA

Mas agora você deve estar se perguntando o que é preciso fazer para transformar em ação prática o que foi dito anteriormente, não é?

Não temos um guia nem uma “receita” para oferecer porque falar de educação é falar de particularidades que carecem ser compreendidas em seus contextos específicos e em suas singularidades. Entretanto, apresentamos algumas possibilidades que podem contribuir para ressignificar a Educação Especial em Inclusiva e para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Junte-se a nós nesse alinhavar colorido para desenhar, nas linhas e entrelinhas da Educação Especial Inclusiva do nosso Estado, um lugar que comporte a TODOS(AS), com respeito às diferenças, para dirimir barreiras e preconceitos na construção de instituições que transbordem leveza e acolhimento.



☛ Para tanto, primeiramente, precisamos buscar a ressignificação conceitual acerca do significado e do sentido do que vem a ser Educação Especial, na medida em que, ao longo dos anos, fomos formados(as) em uma perspectiva excludente e segregacionista e é muito difícil reconfigurar a dimensão do sentido do que é incluir em nosso cotidiano, pois ainda estamos presos(as) aos grilhões da exclusão (des)velada no tecido social, constituído sob a égide do sistema capitalista.

☛ Em seguida, é necessária a nossa participação em espaços políticos que nos possibilitem questionar a ausência de uma política pública estadual direcionada para a Educação Especial Inclusiva e pressionar a cobrança pela garantia do que já está estabelecido nacionalmente para os sujeitos que constituem o público-alvo da Educação Especial.

☛ Precisamos também traçar estratégias que aproximem a comunidade das instituições escolares, afinal a inclusão é um movimento conjunto e coletivo e as ações desenvolvidas nas escolas não podem estar distantes e desconexas da realidade existente nas comunidades localizadas no seu entorno. Ademais, a participação ativa da comunidade nos processos de tomada de decisão da escola e da família no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para que a inclusão se torne uma ação e para que a Educação Especial Inclusiva seja uma realidade.

☛ Além disso, é urgente o rompimento da dissociação existente na cultura escolar de que os espaços destinados à Educação Especial não devem dialogar com as salas de aula e os espaços regulares das escolas. Muito pelo contrário, precisamos compreender que o diálogo entre os(as) profissionais lotados(as) nas Salas de Recursos Multifuncionais e no Atendimento Educacional Especializado devem estar concatenados e construídos coletivamente com os(as) das salas de aula regulares e com os(as) profissionais da educação que acompanham o processo de ensino e aprendizagem dos(as) discentes atendidos(as) pela Educação Especial e/ou que apresentam necessidades educacionais específicas.

✦ Outrossim, faz-se mister que a cultura escolar arraigada nas escolas seja ressignificada de modo a tornar esse ambiente um lugar verdadeiramente inclusivo para além das salas de aula, pois os(as) alunos(as) com deficiência têm direito a frequentar e se sentirem incluídos(as) em todos os espaços que fazem parte das instituições escolares e em todos os serviços ofertados ou ligados a elas.

✦ É necessário ainda ressignificarmos os conceitos de diferenças e de aprendizagem, uma vez que todos(as) nós somos diferentes e aprendemos de acordo com nossas particularidades. Afinal, ensinar não é buscar a igualdade como produto final da aprendizagem e sim buscar possibilidades, potencializar talentos, incentivar, orientar, conhecer e respeitar. As diferenças de um(a) aluno(a) não devem servir para inferiorizá-lo(a). Ao contrário, devemos rever princípios e conceitos conservadores e fundados no sistema econômico presentes na cultura escolar que geram mais desigualdades, competição, discriminação, preconceitos e violências.

✦ Com efeito, precisamos reformular e propor novos conceitos que superem o sistema tradicional e reorganizem as escolas com projetos inclusivos ressignificadores da avaliação classificatória e categorizadora por uma visão diagnóstica; do ensino transmissivo e expositivo a ser substituído por uma pedagogia dialógica e de partilha do conhecimento; de currículos conteudistas que devem ser transversalizados; da individualização de tarefas em detrimento de experiências de trabalho coletivo e de apoio mútuo; da gestão controladora e burocrática que deve ser democrática e descentralizadora; da cobrança e intensificação do trabalho em prol de condições de trabalho e valorização docente.

✦ Além do mais, nós que compomos a escola, em movimento conjunto, precisamos cobrar do Estado a responsabilidade com a oferta de formação continuada para que o trabalho pedagógico possa sempre ser aperfeiçoado. De mais a mais, é fulcral que o Estado assuma sua responsabilidade quanto à oferta de formação continuada tanto para docentes quanto para profissionais da educação com vistas à promoção de uma Educação Especial Inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino.

☛ O Estado, por sua vez, precisa dar mais vez e voz aos sujeitos que estão nas escolas fazendo a inclusão e a Educação Especial Inclusiva acontecerem, pois é do interior escolar que emergem ideias e ações que realmente tornam o processo de ensino e aprendizagem inclusivo. Portanto, urge a necessidade de ampliação da articulação entre os sujeitos e ações emergentes da Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe; diretorias de ensino e unidades escolares.

☛ Do mesmo modo, é igualmente importante que as instituições escolares organizem seu funcionamento prevendo momentos partilhados de planejamento que envolvam debates e discussões que vislumbrem a proposição de ações pedagógicas, a serem desenvolvidas dentro e fora das salas de aula, que tenham como foco a inclusão e não somente a integração, de tal forma que a diversidade e as diferenças existentes no cotidiano escolar sejam acolhidas e respeitadas.

☛ Finalmente, é necessário olhar para nossos(as) alunos(as) com a perspectiva da humanização e com a certeza de que todos(as) eles(as) são sujeitos em potencial condição de aprendizagem, despindo-nos de

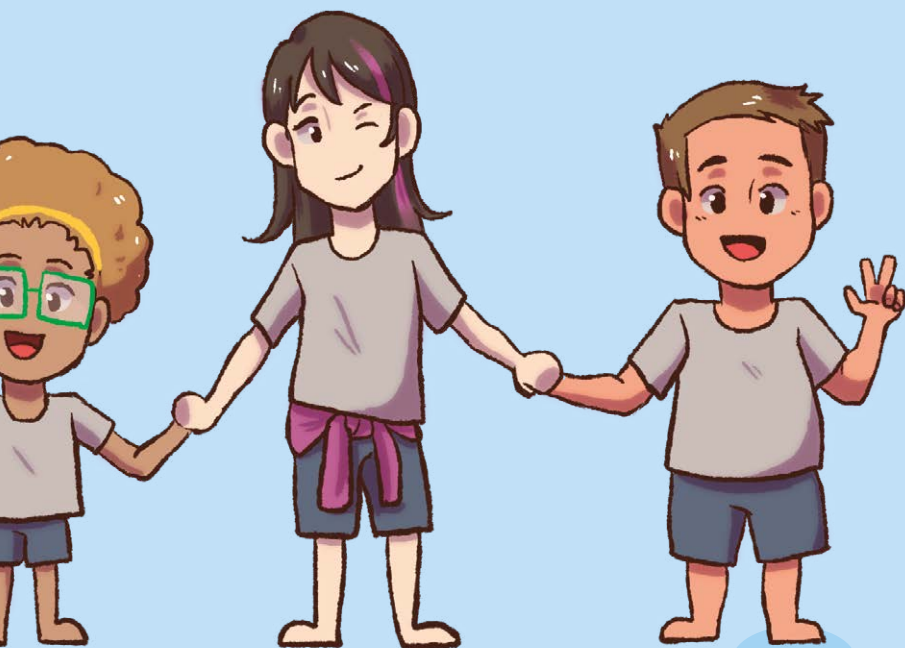


pré-conceitos ou de limitações decorrentes de diagnósticos pré-estabelecidos, pois cada um(a) de nós, de modo peculiar, tem a capacidade da resiliência e a força para transcender as barreiras postas pelo caminho do ensino e da aprendizagem.

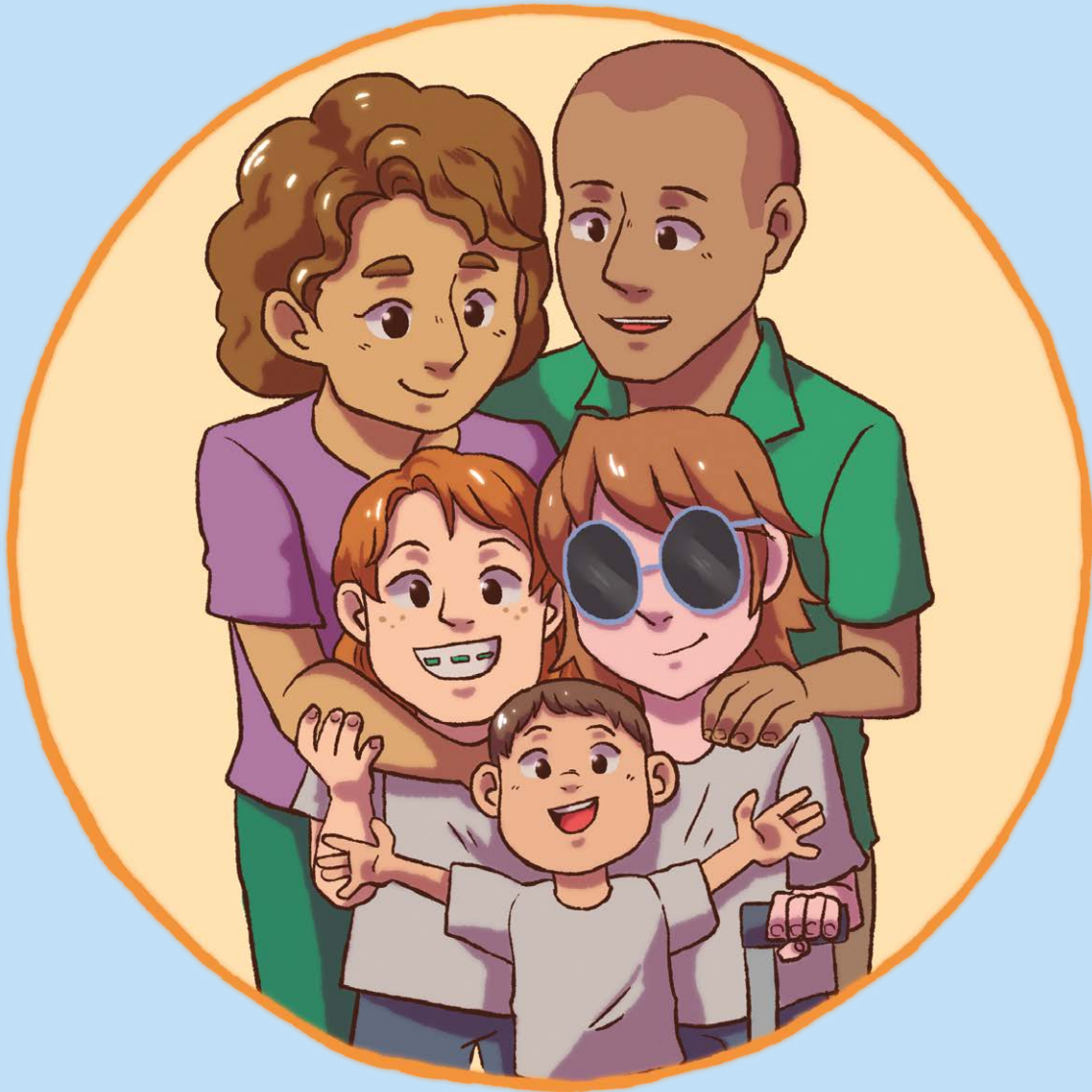
Todavia, embora tenhamos apresentado essas possibilidades, sabemos que, além dessas proposições, muitas outras ações repletas de sentido e significado para a inclusão e para a Educação Especial Inclusiva acontecem cotidianamente nas instituições escolares, ainda que não tenham encontrado meios para ecoar e ultrapassar os muros da escola.

Desta feita, convidamos você, leitor(a) deste material, a entoar conosco o grito pela Educação Especial Inclusiva e a se somar na luta pela inclusão, realizando não só o desenvolvimento de algumas dessas proposições, mas levando essa mensagem também à comunidade escolar e à sociedade.

Acreditamos que juntos(as) podemos sim fazer a inclusão acontecer!



MENSAGEM FINAL



Ao finalizar este material, temos o desejo de que ele tenha contribuído para que a compreensão sobre a Educação Especial Inclusiva tenha sido aprofundada e para que possibilidades de colocá-la em prática tenham sido aventadas.

Ao mesmo tempo, desejamos que você, professor(a) ou profissional da educação, seja partícipe, a partir de suas atitudes, da (re)configuração de um sistema educacional universal, democrático, equânime e promotor de justiça social para que seja verdadeiramente inclusivo em nosso país.

Assim, seja o diferencial em sua escola atuando como professor(a) ou profissional da educação. A mudança começa por meio de pequenas ações, de uma palavra, um gesto, um olhar, um fazer que preenchem espaços vazios deixados em histórias repletas de máculas em uma sociedade que aprendeu a ser fria e desumana. Seja vida na vida de outros!

Nessa perspectiva, busquemos promover envolvimento e participação dos(as) alunos(as) e da comunidade escolar em nossa rede de ensino. Acreditamos que juntos(as) ecoamos forte, percorrendo distâncias entre o dizer e o fazer acontecer.

Saibamos ser aprendizes e educadores(as) nesse processo que exige de nós não só conhecimento, mas também amorosidade, afetividade, coragem, ousadia e empatia para promover a inclusão com equidade e qualidade para todos(as).

Nós acreditamos que isso é possível, e você?

SOBRE AS AUTORAS

Mônica Andrade Modesto

Licenciada em Pedagogia. Mestre e doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe, (*Campus* Professor Alberto Carvalho) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE/CNPq). Dedicar-se, ao ensino, à pesquisa e à extensão, com ênfase nas áreas de Educação Ambiental, Educação Inclusiva e Educação Especial no âmbito da formação docente.

Contato: monicamodesto@academico.ufs.br.



Isabela Rosália Lima de Araújo

Licenciada em Pedagogia. Mestre em Educação (com intercâmbio na Pontifícia Universidade Católica-SP quando integrante do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD entre PUC-SP, UNESA-RJ e UFAL). Doutora em Educação (com doutorado-sanduíche na Universidade do Porto – Portugal pela CAPES). Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no *Campus* Professor Alberto Carvalho. Líder do grupo de pesquisa Clínica da Atividade e Trabalho Docente. Também é pesquisadora do grupo Educação e Movimentos Sociais e do grupo Currículo, Atividade Docente e Subjetividades. Dedicar-se às áreas do Trabalho Docente, da Educação Inclusiva e da Formação de Professores.

Contato: bellalima@academico.ufs.br.



Ana Cláudia Sousa Mendonça

Licenciada em Pedagogia. Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora da rede pública da Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE). Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (NÚPITA/CNPq) e Educação e Contemporaneidade (Educon/CNPq). Mediadora do GT Neuroeducação e Inclusão (NÚPITA/UFS). Dedicar-se às áreas de Educação Especial, Educação Inclusiva e Formação de Professores.

Contato: anaclaudiasm70@academico.ufs.br.



